

ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: CONVERSANDO SOBRE A SAÚDE LGBT COM TRABALHADORES DE SAÚDE EM UM SERVIÇO DE GESTÃO NO SUL DO BRASIL

NAYLA RODRIGUES PEREIRA¹; MONIQUE (GUILHERME) LANDELLI MOREIRA ; NATÁLIA TIMM AIRES²; DJENIFFER RODRIGUES CORADINI², ROSANE DE FÁTIMA CARDOSO²; BEATRIZ FRANCHINI³

¹ Universidade Federal de Pelotas – pereira.nayla@gmail.com¹

² Universidade Federal de Pelotas – guiguiraldellimoreira@hotmail.com²

² Universidade Federal de Pelotas – nathytimm@hotmail.com²

² Coordenadoria Estadual de Saúde - djeniffer-coradini@saude.rs.gov.br²

² Coordenadoria Estadual de Saúde - rosane-cardoso@saude.rs.gov.br²

³ Universidade Federal de Pelotas – beatrizfranchini@hotmail.com³

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho faz um relato de experiência de uma atividade de educação em saúde (EPS) desenvolvida na 3ª Coordenadoria Estadual de Saúde (CRS) no Núcleo de Ações em Saúde, como parte da agenda de Cine Debate promovido pela equipe das Políticas de Saúde das Diversidades (População Negra, Indígena e Gay, Lésbica, Bissexual e Transexual [LGBT]). A 3ª CRS é um órgão de gestão regional que apoia 22 municípios da região sul do estado.

Uma parceria com o acadêmico de Pedagogia Monique Landelli proporcionou o desenvolvimento do trabalho que teve como tema "Saúde da População LGBT, Identidades de Gênero, Corpos e Políticas Públicas". O convite de Monique (Guilherme) aconteceu por sua representatividade quanto homem gay e *drag queen*. Segundo a *Drag queen* e *youtuber* Lorelay Fox (2016) é importante a utilização do nome e gênero escolhido pelo artista na hora da performance, sendo essa forma que procederemos neste trabalho.

As conquistas de políticas públicas para as pessoas LGBT é uma construção dos movimentos sociais no Brasil iniciada nos anos 80 (Brasil, 2010). Atualmente a população LGBT conta com a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (PNSI- LGBT), que evidencia o respeito aos direitos humanos, enfrentamento de violências, direitos sexuais e reprodutivos, além da inclusão da pauta em programas de educação permanente (Brasil, 2010). Tal política também insere as violências sofridas pela população por ódio (homo-bi- les-transfobia), a orientação sexual e a identidade de gênero como Determinantes Sociais de Saúde (DSC), entendendo a natureza interseccional destes vetores na produção de condições que colocam essa população em maior vulnerabilidade.

A população trans* conta apenas com a portaria 2.803/2013 que amplia e redefine o processo transexualizador, aprova novos procedimentos cirúrgicos, e acaba formalizando as responsabilidades da Atenção Básica (AB) com o usuário/o quanto porta de entrada no SUS e outras disposições. O mais recente avanço se deu com decreto assinado pela Presidenta da República Dilma Rousseff nº 8.717/2016, que dispõe sobre o uso do nome social em todo o âmbito nacional. O mais recente retrocesso também já foi protocolado na Câmara dos Deputados sob liderança do político evangélico João Campos do PRB-GO, o projeto de decreto legislativo (PDC) - 395/2016 que tem a prerrogativa de sustar o decreto 8.717/16 e retirar o direito ao nome social das pessoas trans (Congresso em Foco, 2016).

Fica evidente a necessidade de se naturalizar e discutir as diversidades dentro do ambiente de gestão e atendimento em saúde, entendendo que os direitos humanos não são mera moeda de negociação de setores conservadores da política. Apesar da existência da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (Brasil, 2009) e de estar prevista a inclusão da saúde de LGBT na educação permanente de trabalhadores, gestores e conselheiros da saúde, essa prática não é observada na prática cotidiana destes trabalhadores (SANTOS, 2012).

Este trabalho inova apresentando os resultados da experiência de dois acadêmicos de áreas distintas de conhecimento acadêmico porém articulados pela luta no movimento de direitos e saúde para as pessoas LGBT. A justificativa desse trabalho se apoia em dados crescentes de violência de ódio contra a população LGBT, em especial as pessoas trans, sendo o Brasil atualmente o país que mais assassina pessoas trans no mundo (BRASIL, 2013) e compreendendo a necessidade de ocupar a academia com pessoas LGBTs falando sobre saúde LGBT, nosso objetivo é apresentar o relato de experiência de uma atividade de educação permanente sobre a saúde LGBT com trabalhadores em um serviço de gestão em saúde no sul do Brasil.

2. METODOLOGIA

A atividade foi desenhada em conjunto com as servidores estaduais Djeniffer Coradini e Rosane Cardoso, ambas trabalhadoras da 3ª CRS e membras da equipe das Diversidades em Saúde. A seleção de temas foi realizada à partir de uma demanda gerada pelos trabalhadores da 3ª CRS em conversas com os membros da equipe das Diversidades. A escolha de uma apresentação com conceituação científica e abordagem dos assuntos embasados em políticas públicas brasileiras atuais e pesquisas acadêmicas recentes foi utilizada para a construção do material virtual utilizado na atividade de Educação Permanente em Saúde (EPS). A apresentação da atividade desenvolveu-se após a estruturação de uma apresentação em mídia *PowerPoint* realizada pelos facilitadores da atividade e apresentação do vídeo “É Drag ou é Trans?” da *Youtuber drag queen* Lorelay Fox.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação ocorreu durante o período de expediente interno da 3ª CRS com a presença de aproximadamente 20 servidores estaduais interessados na atividade, que teve caráter facultativo com duração de 3 horas. Os temas abordados pelos facilitadores foram: História da Sexualidade, Diversidade Sexual, Gênero, Identidades de Gênero, PNSI- LGBT, além de apresentar a portaria 2.803/2013, o decreto nº 8.717/2016 além de apresentar o infame projeto de decreto legislativo (PDC) - 395/2016.

Figura 1 – apresentação



Fonte: Acervo pessoal

Pensamos que problematizar a prática de saúde em uma dimensão social, de seguindo com as ideias de Oviromar Flores (2007), abrangendo a função política, econômica, social e ideológica, ultrapassando os limites das intervenções sobre os corpos e os limites dos ambientes institucionais da saúde, como centros de saúde, hospitais e etc. Para a construção de um processo educativo, de acordo com Paulo Freire (1987) privilegiando relações de comunicação que baseiem-se no diálogo, na horizontalidade, no respeito, de forma a garantir que os discursos dos sujeitos possam acontecer no espaço da conquista da cidadania e da geração de autonomia. Além da apresentação dos conteúdos listados na apresentação, realizamos uma rodada de perguntas livre, onde os participantes exercitaram seu direito de expressão, trazendo para a atividade de EPS suas vivências pessoais familiares, impressões e preconceitos.

O trabalho de Fátima Machado et al (2007), problematiza as potencialidades de um atendimento em saúde e entende que, quando o profissional pauta sua prática com dimensões políticas e sociais, esse momento de troca profissional e usuário pode ser prática social potencialmente educativa. Entendemos que os servidores estaduais da 3ª CRS são multiplicadores das informações facilitadas pelo encontro, uma vez que seu processo de trabalho envolve os pontos de assistência, localizados nos municípios. E foi nesse sentido que nosso trabalho caminhou na 3ª CRS produzindo um espaço de análise crítica para a desconstrução de padrões sociais excludentes para a população LGBT.

4. CONCLUSÕES

A apresentação do conteúdo assim como o cronograma de desenvolvimento da atividade de EPS transcorreu sem alteração alguma. A atividade foi bastante elogiada pelos colegas participantes da atividade de educação permanente. Percebemos que muitas pessoas, apesar da população LGBT já ser mais visibilizada na atualidade, não tinham conhecimento sobre os temas abordados, se mostrando receptivos e principalmente refletindo sobre suas práticas. Entendemos que a educação permanente oferece espaços importantes de serem ocupados, para problematização de assuntos que quebrem tabus, para a promoção de reflexões necessárias para o fortalecimento de políticas para as minorias.

Os profissionais de saúde, em destaque as especialidades médicas, são detentores dos corpos humanos desde tempos longínquos e entendemos que espaços de desconstrução de prerrogativas normativas dentro da 3ª CRS faz parte da PNSI- LGBT no sentido de qualificar o processo de trabalho dos servidores facilitados pela atividade. Enfrentamos comentários lesbofóbicos de uma servidora, olhares curiosos e etc, porém certamente deixamos em cada pessoa uma oportunidade de ser mais empático com a luta das pessoas LGBT e produzir no seu trabalho um espaço mais inclusivo para essa população.

5 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2012. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

FOX; Lorelay **É Drag ou é Trans?**. 2016.4'59". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-rjhiwffVwl>>. Acessado em 14 de junho de 16.

FLORES O. 2007. **O agente comunitário de saúde: caracterização da sua formação sóciohistórica como educador em saúde**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2007.

FREIRE P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MACHADO; M.F.A, MONTEIRO; E.M.L, QUEIROZ; D.T, VIEIRA; N.F.C, BARROSO, M.G.T. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. **Ciência e Saúde Coletiva**; v.12; n.2. p. 335-342. 2007.